

**REGRA DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL PREVISTA NO REGIME FINANCEIRO DAS
AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (ARTIGOS 40 E 83 DA LEI
73/2013 DE 3 DE SETEMBRO)**

Município: Ribeira Grande

Descrição		31-12-2014	30-09-2015
A- Receitas correntes cobradas brutas		14.919.602,79	12.160.381,89
B- Despesas correntes pagas		8.324.363,88	7.477.087,98
C- Saldo corrente ((A)-(B))		6.595.238,91	4.683.293,91
D- Amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo		1.332.082,89	1.188.783,24
E- Diferença ((C)-(D))		5.263.156,02	3.494.510,67
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas (art 40º, nº3, do RFALEI)	745.980,14	608.019,09
	Conclusão	Cumprimento	Cumprimento

Artigo 40.º do RFALEI

Equilíbrio orçamental

1 — Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 — O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em de determinado

ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 — Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Artigo 83.º do RFALEI

Equilíbrio orçamental

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.